



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

COORDENAÇÃO CONJUNTA DO PROJETO MPEDUC
MEMÓRIA DE REUNIÃO

No dia 18 de novembro de 2015, às 10:00h, reuniram-se na sede do Procuradoria-Geral da República, em Brasília, os representantes da Coordenação Conjunta do Projeto MPEDUC, com os seguintes membros: Maria Cristina Manella Cordeiro (PR/RJ), Ana Fabíola de Azevedo Ferreira (PRM/Palmares/PE), Maria Elmira Dick (MP/MG e COPEDUC), Letícia Carapeto Benrdt (PRM/Santa Rosa/RS), Cátia Gisele Martins Vergara (MPDFT), Bianca Mota de Moraes (PR/RJ), Pedro Henrique Oliveira Kenne da Silva (PRM/Cruz Alta/RS), Rosângela Corrêa da Rosa (MP/RS), Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary (PRDC/AL), Eduardo Ribeiro Gomes El-Hage (PRM/São João do Meriti/RJ), Lisiane Cristina Braeher (PR/SP), Sérgio Luiz Pinel Dias (PR/RJ), e os servidores: Tatiane Guerra (PFDC), Leilah Garcia (PFCD), Daniella Duarte (PFDC), Lúbia (STIC) e Catarina (STIC), tendo deliberado o seguinte:

1) Composição da Coordenação

Deliberação: Encaminhar para os membros titulares e suplentes a atual relação dos membros da coordenação a fim de que seja feita revisão na sua composição. A Dra Cátia Vergara solicitou que se torne membro suplente.

2) Reunião da Coordenação Conjunta do MPEDUC

Deliberação: Serão realizadas 3 (três) reuniões anuais: 2 (duas) reuniões em dia anterior às reuniões da COOPEDUC e uma em dia posterior ao II Seminário do MPEDUC, a ser realizado nos dias 7 e 8 de novembro de 2016.

3) Força tarefa para sensibilização dos membros e expansão do projeto

Deliberação: Serão realizadas 6 (seis) reuniões pelo Brasil com o objetivo de auxiliar novos executores do projeto a iniciá-los, com a presença no local de dois membros da coordenação (MPF e MPE). Para tanto, serão lançados dois editais consultivos aos quais



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

os membros interessados deverão aderir, inscrevendo-se para receber a visita da coordenação.

4) II Seminário do MPEDUC

Deliberação: Definição de prazo para 7 e 8 de novembro de 2016. A reunião da Coordenação Conjunta do MPEDUC será no dia 9 de novembro de 2016. Os membros do MPE fomentarão a participação de mais promotores no II Seminário. O ofício deverá ser encaminhado aos PGJs solicitando a participação de membros e servidores que ainda não participaram de ações de projeto MPEDUC. A Dra Bianca Morais encaminhará ofício do MEC remetido aos PGJS.

5) Carta do MPEDUC

O Drº Pedro Kenne formulou a seguinte carta, em nome da Coordenação Nacional do MPEDUC, para tratar sobre a ausência de repasses de recursos para as escolas:

"A Coordenação Nacional do projeto Ministério Público pela Educação (MPEDUC), considerando informações de escolas de todo país coletadas no curso da execução do projeto, vem manifestar perplexidade e assim buscar providências sobre a retenção de verbas indispensáveis à melhoria da precária infraestrutura das escolas de nosso país.

Assumindo o segundo mandato, quando já deflagrada a crise que atualmente assola o país, a Presidente da República frisou que o Brasil seria a "Pátria Educadora", e que a educação seria tema prioritário em seu governo. A prática, todavia, vem sendo muito diferente.

O Programa Dinheiro Direto na Escola do Ministério da Educação (PDDE - MEC/FNDE), previsto na Lei nº 11.947/2009, viabiliza melhoras da infraestrutura física e pedagógica de acordo com as necessidades específicas de cada escola. Tem trazido possibilidades de melhorias financiadas pela União em um contexto no qual os estados e municípios passam por sérias dificuldades financeiras – que somente agravam o desequilíbrio de repartição de receitas existente.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Esse programa, contudo, vem tendo seus repasses contingenciados, mesmo que não tenha havido qualquer hipótese legal que autorize a sua retenção.

O que se percebe é a absoluta falta de priorização da educação, apesar de declarada “Pátria Educadora”. A educação vem sendo preterida sistematicamente e agoniza com a perspectiva de novos contingenciamentos em 2016.

A persistir a atual situação, o que poderá ser detectado no curso das ações nacionais do projeto Ministério Público pela Educação, os prejuízos inevitavelmente refletirão no já combalido serviço público educacional, motivo pelo qual solicitamos um posicionamento objetivo dessa Autarquia em relação ao pagamento dos recursos do PDDE do ano corrente – 2015, bem como do ano vindouro – 2016”.

6) MPEDUC para 2016:

Deliberação: durante o ano de 2016, o projeto deverá sofrer algumas alterações: revisão de todos os seus questionários e a criação de um novo projeto direcionado prioritariamente para as grandes cidades, que deverá abordar três temas: gestão democrática, aplicação do mínimo constitucional e orçamento. Assim, foram formados quatro grupos com os seguintes objetivos e composição:

Grupo 1 – Revisão dos Questionários – Lisiane Braeher, Rosângela Corrêa e Niedja Kaspary;

Grupo 2 – Criação de novo Projeto: Gestão democrática: Bianca Moraes, Maria Elmira Dick, Cátia Vergara;

Grupo 3 – Criação de novo Projeto: Fiscalização do artigo 212 da CF: Élide Graziane Pinto, Maria Cristina Manella, Eduardo El-Hage, Ana Fabíola Ferreira;

Grupo 4 – Criação de novo Projeto: Orçamento e Financiamento da Educação: Élide Graziane Pinto, Pedro Kenne, Sérgio Pinel, Letícia Benrdt.

**PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE ESBOÇO: PROXIMA REUNIÃO
(MARÇO/2016)**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Obs. Dra. Élide Graziane será convidada a participar da coordenação do projeto através de ofício encaminhado pela PFDC.

7) Demanda STIC

Foi pleiteada a possibilidade de inclusão automática das respostas dos questionários nas recomendações, bem como a criação de um fórum de discussão do MPEDUC.

Deliberação: Serão realizadas videoconferências com a STIC a cada 2 meses, toda primeira segunda-feira de cada mês ímpar, nas respectivas sedes das procuradorias da república de lotação dos procuradores membros da coordenação, aonde deverão comparecer os interessados em participar, a fim de acompanhar os trabalhos da STIC. **A primeira reunião 7 de março, às 11 horas.**

Obs. Solicita-se aos senhores membros desta coordenação, caso haja interesse na inclusão de tema em pauta de reunião, favor enviar e-mail com antecedência mínima de 15 dias à equipe de apoio à coordenação do projeto: mpeduc@mpf.mp.br

Sem mais para o momento, encerrou-se a reunião às 14:00h. Cientes e anuentes, assinam abaixo os presentes.

Brasília, 18 de novembro de 2015.

MARIA CRISTINA MANELLA CORDEIRO
Procuradora da República da PR/RJ

SÉRGIO LUIZ PINEL DIAS
Procuradora da República da PR/RJ

EDUARDO RIBEIRO GOMES EL-HAGE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Procuradora da República da PRM/São João do Meriti/RJ

PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA KENNE DA SILVA
Procuradora da República DA PRM/Cruz Alta/RS

LISIANE CRISTINA BRAECHER
Procuradora da República da PR/SP

LETÍCIA CAPARETO BENRDT
Procuradora da República da PRM/Santa Rosa/RS

NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY
Procuradora da República da PRDC/AL

ANA FABÍOLA DE AZEVEDO FERREIRA
Procuradora da República da PRM/Palmares/PE

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK
Promotora de Justiça do MP/MG e Representante da COPEDUC

CÁTIA GISELE MARTINS VERGARA
Promotora de Justiça do MPDFT



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

BIANCA MOTA DE MORAIS
Promotora de Justiça da PR/RJ

ROSÂNGELA CORRÊA DA ROSA
Promotora de Justiça do MP/RS